

Camaradas,

O Fumaça nasceu com um sonho, uma visão: a de criar o primeiro projeto de jornalismo português totalmente financiado pelas pessoas. Parece uma ideia louca. E talvez seja. Mas a verdade é que, se há uma coisa que a caminhada do Fumaça nos tem ensinado, é que, ao contrário do que se vem dizendo – “que as pessoas não querem pagar por jornalismo” –, a comunidade que nos apoia mostra algo diferente.

Desde que abrimos a nossa plataforma a donativos, eles têm crescido de uma forma que nem nós próprios imaginávamos. Neste momento, mais de 450 pessoas contribuem ou contribuíram mensalmente para que o Fumaça exista. Se, no início deste ano, recebíamos pouco mais de 400€ por mês, hoje, são cerca de 2000€, o que quer dizer que, em média, 10% das pessoas que ouve uma das nossas peças paga para ouvi-la. O nosso jornalismo é aberto a toda a gente, sem *premiums*, nem *paywalls*. As pessoas da nossa comunidade dão-nos dinheiro simplesmente porque querem que nós continuemos a existir. Porque acham que o jornalismo que estamos a fazer é importante, e porque acham que é fundamental, em democracia, haver quem tenha tempo para investigar e para pensar a realidade que reporta.

Mas não chega. Os 2000€ que recebemos por mês estão muito longe, ainda, do dinheiro que precisamos para sobreviver com as condições que hoje temos. Uma redação pequena, como a do Fumaça, com seis pessoas – quatro a tempo inteiro, duas a tempo parcial – com contratos de trabalho, sem falsos recibos verdes e sem falsos estágios (vou repetir: com contratos de trabalho, sem falsos recibos verdes e sem falsos estágios), custa mais de 10 mil euros por mês. Isto significa que a redação do Fumaça só existe e só foi possível graças a bolsas de jornalismo como as que vencemos da Open Society Foundations, em 2018 e 2019, ou de uma bolsa para uma investigação da Fundação Calouste Gulbenkian, em 2018. Só que esse dinheiro acaba: se tudo continuar assim, o Fumaça terminará, como hoje existe, em maio de 2020. Dentro de seis meses, os jornalistas do Fumaça estarão desempregados. É bastante irónico que aconteça no ano seguinte a vencermos um Prémio Gazeta, mas é a verdade.

É triste que numa democracia do século XXI, na Europa, não haja espaço para este tipo de jornalismo. É triste, também, que vários diretores e administradores dos maiores órgãos de comunicação social portuguesa se tenham sentado neste palco, ontem, para rejeitar peremptoriamente qualquer discussão que tenha como premissa o Estado como ator relevante no financiamento do jornalismo. O que não souberam foi responder a uma pergunta simples, colocada por mais que uma jornalista na sala: “Porquê?”. É confrangedor que, numa conferência dedicada ao financiamento dos média, um dos problemas mais prementes do nosso tempo e da nossa Democracia, as pessoas que mandam no nosso jornalismo tenham chegado para falar, falado sem responder, e saído sem ouvir. Ninguém sabe qual o modelo certo, mas recusar pensar num não é, certamente, a solução.

“Obviamente que toda a gente recusa o financiamento direto do Estado”, disse Mafalda Anjos, diretora na Visão e *publisher* na Trust in News; “Era o que faltava ter o Estado a financiar órgãos de comunicação social. Já pagamos para bancos e ainda íamos pagar por jornais”,

disse Mário Ramires, administrador e diretor do I e do Sol; “Sou totalmente contra o financiamento direto dos Órgãos de Comunicação Social, vejo isso com cinismo e desconfiança”, disse Ricardo Costa, diretor geral de informação do Grupo Impresa; “Estamos todos de acordo que um financiamento é absolutamente indesejável, toda a gente sabe que não há almoços grátis”, disse o diretor do Público, Manuel Carvalho. Estamos de acordo, não há almoços grátis.

Mas haverá então almoços grátis no Público, que é detido por uma das maiores empresas portuguesas e uma das famílias mais ricas deste país? Haverá almoços grátis no Grupo Impresa, cujo Presidente do Conselho de Administração é fundador de um dos maiores partidos deste país, ganhou a primeira licença privada para operar uma televisão, é ex-ministro, ex-primeiro-ministro e atual Conselheiro de Estado? Houve almoços grátis no Sol e no I, quando Mário Ramires ameaçou jornalistas no plenário onde comunicou o despedimento de 120 pessoas? Haverá almoços grátis em todos os outros grandes meios de comunicação portugueses quando a base da sua subsistência está intimamente ligada a grandes empresas e à publicidade por elas comprada; a técnicas de financiamento que misturam eventos corporativos travestidos de informação ou aos conteúdos patrocinados? Talvez seja importante lembrar que qualquer um dos órgãos que dirigem já beneficia ou beneficiou de apoios do Estado, seja através de estágios pagos pelo IEFP ou de fundos comunitários, por exemplo. Querer ou não esse apoio é uma falsa questão, ele já existe.

Caros diretores e administradores, aquilo que estivemos a criar nas últimas duas décadas é exatamente o que o poder económico ambiciona: um jornalismo *entretenimentizado*, como uma máquina geradora de notificações de *smartphone*, sem tempo para pensar e investigar. E, quanto a isso, também eu tenho “cinismo e desconfiança”.

A discussão sobre a subsidiação do jornalismo por parte do Estado deve ser muito mais ampla do que apenas se ela deve existir. Exemplos desse modelo existem em variadíssimos outros países de onde vêm muitos dos projetos jornalísticos que nos servem de inspiração: desde o Canadá, aos Estados Unidos da América, ao Reino Unido, França, Espanha, Países Baixos e tantos outros países da União Europeia. O The Guardian, por exemplo, combina uma série de fontes de financiamento e o seu jornalismo está disponível a toda a gente. Os exemplos e as propostas são inúmeras, e deviam ser exatamente o que aqui estaríamos a discutir: incentivos financeiros à contratação de jornalistas com vínculos de trabalho não precários; linhas de crédito ou apoios a fundo perdido para a criação de novos projetos de jornalismo independente; bolsas de jornalismo de investigação subsidiadas e apoiadas pelo Estado, como as que recentemente foram entregues pela Fundação Calouste Gulbenkian; entre tantas outras.

Não será com certeza o Estado a resolver por si o problema do jornalismo, mas terá de ser parte da solução. Se rejeitarmos à partida esta possibilidade, não chegaremos sequer a discutir como desenhar regras que impeçam a interferência editorial; como condicionar quem recebe financiamento a oferecer condições dignas aos seus trabalhadores; como garantir que existe transparência nas estruturas que mandam nestes projetos e em como este dinheiro é utilizado; como criar organismos independentes de coordenação e execução destas políticas e como

aprender com os erros feitos no passado em instituições com linhas de financiamento público, como os apoios às artes e à cultura da DGArtes, ou os apoios às PME's do IAPMEI, para citar alguns.

O secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Média, Nuno Artur Silva, aproveitou a sua intervenção de ontem, pouco mais um mês depois de tomar posse, para admitir publicamente, na primeira intervenção dos trabalhos, que não acredita na subsídio direta do Estado, limitando à partida a discussão. Disse até que “a solução para o problema dos média não está no Estado, mas na iniciativa dos próprios jornalistas. (...) O papel do Estado é essencial para poder apoiar, não de forma direta, mas indireta, sem qualquer suspeita de intervenção nos conteúdos dos mesmos meios. (...) O centro de tudo são sempre os cidadãos”. A ideia de que são os cidadãos ou os jornalistas a ter de resolver os problemas de financiamento do jornalismo tem por base o mesmo *business as usual* que tem moldado a resposta aos grandes problemas das últimas décadas: soluções individuais para problemas globais. Não. Perante uma crise democrática é preciso uma resposta da Democracia: precisamos de outro modelo.

Incentivos à leitura, *vouchers* para cidadãos, assinaturas pagas pelo Estado, incentivos fiscais à compra de jornais, incentivos fiscais aos grupos que detêm os média, entre tantas das propostas apresentadas durante o dia de ontem podem até ter algum efeito – paliativo, sobretudo – mas têm sempre o mesmo fim: a manutenção do mesmo modelo de jornalismo. Um modelo baseado na precarização do trabalho de jornalistas e na procura desenfreada por mais *clicks*, mantendo a dezena de pessoas que manda na comunicação social deste país um pouco mais segura e confortável fazendo exatamente o mesmo de sempre. Estas são soluções que têm como objetivo resolver o problema do modelo de negócio dos média, e não resolver o problema da sustentabilidade do jornalismo. Mas, como dizia ontem a investigadora Elsa Costa e Silva, nós precisamos de salvar o jornalismo, não as empresas.

O que de mais se falou no tal painel dos diretores foi de um “acordo de cavalheiros para fechar todos os conteúdos de algum valor acrescentado” - foi assim que o descreveu um dos membros. A resposta para uma das maiores crises do jornalismo, para os seus gestores, é continuar a fazer exatamente o mesmo, mas de maneira mais brutal ainda. Mas existe alguma razão editorial (portanto, não económica ou financeira) para fechar trabalhos jornalísticos aos seus leitores? No Fumaça, acreditamos num jornalismo livre, aberto a toda a gente, que não pergunte ao ouvinte quanto ele ou ela ganha antes de lhe explicar o que se passa no mundo. Uma realidade em que todo o jornalismo é fechado é, por consequência, uma distopia elitista, onde apenas quem pode pagar tem acesso a ele. Nós acreditamos na informação como um bem público, tão essencial como a água, a luz, a eletricidade - um direito humano. E todas as pessoas devem ter direitos humanos assegurados e necessidades básicas garantidas. Não vemos o jornalismo como um negócio, lamento.

Disse isto na cerimónia de entrega dos prémios Gazeta e vou repetir: se a discussão sobre a sustentabilidade do jornalismo for séria, ela terá em conta uma profunda remodelação do sistema, oferecendo condições dignas a quem trabalha, sem falsos recibos verdes, sem salários miseráveis que obrigam a escolher entre comer e dormir e que recusam o direito a

constituir família, que deixam centenas de pessoas agarradas pelo pescoço. Sem a obrigação de escrever oito peças por dia para encher a homepage. E que, acima de tudo, volte a dar tempo a quem faz jornalismo: tempo para pensar, investigar e aprofundar. É essa a revolução de que precisamos. E a discussão sobre como fazê-la tem de começar já.

O que me parece evidente é que essa revolução não partirá de quem tem poder. Sérgio Figueiredo, diretor de informação da TVI, dizia ontem, aqui no palco, que “o maior desafio está colocado aos gestores”. Vou-vos ser sincero: tenho medo disso. Nunca as revoluções foram feitas por quem tem poder – quem tem poder, não quer deixar de tê-lo. Como escreveu, em 1979, Audre Lorde, “negra, lésbica, mãe, guerreira, poeta” (como ela própria se descrevia), “*the master’s tools will never dismantle the master’s house*” (ou seja, “as ferramentas do mestre nunca irão desmantelar a sua própria casa”). Sendo assim, só existem duas opções: ou destruimos a casa, ou usamos novas ferramentas.